



GOVERNANDO PROFESSORES, REFORMANDO O ENSINO: O AUTORITARISMO DA DÉCADA DE 1930 NA EDUCAÇÃO PAULISTA

Cecilia Hanna Mate*

Resumo – O artigo discute o papel das revistas de educação publicadas pela Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, de 1930 a 1933, na construção de um sistema de educação centralizador e autoritário. Situando a escola como instituição historicamente produzida, procuro problematizá-la a partir do estudo dessas revistas que então circulavam em São Paulo, tomando-as como prática discursiva de construção e legitimação da reforma do ensino do qual era parte. Desse modo, procuro destacá-las como um dos dispositivos de governo de professores.

Palavras-chave: prática discursiva, governamentalidade, revistas de educação, reformas de ensino, década de 1930.

O objetivo deste texto é discutir o papel das revistas de educação publicadas pela Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, de 1930 a 1933, na construção de uma educação centralizadora e exemplar na organização de um sistema de ensino autoritário. Situando a escola como instituição historicamente produzida, procuro problematizá-la a partir do estudo dessas revistas que então circulavam em São Paulo, entre professores, tomando-as como prática discursiva de construção e legitimação da reforma do ensino do qual era parte. Ao mesmo tempo, procuro destacá-las como um dos dispositivos para governar professores.

As práticas discursivas que vinham sendo produzidas por administradores e intelectuais da educação paulista, que no período em foco eram (auto)denominados *escolanovistas*, tinham nas revistas um dos espaços de fabricação da legitimidade institucional de seu projeto educacional. Isto é, ao construir/veicularem subsídios para as reformas, as revistas se materializavam como suporte institucional criador de verdades, na medida em que desqualificavam outros modos de educar e organizar a escola a partir da divulgação de teorias e práticas pedagógicas que se sobrepunham às práticas existentes – diferenciadas, divergentes, desconhecidas e não unificadas – dos espaços escolares.

É quando as experiências de escolas e professores passam então a ser recenseadas, mensuradas, rastreadas por especialistas e instituições técnicas/científicas.

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

O modo como estudei as revistas permitiu apreendê-las como canais produtores de uma concepção de educação, na medida em que atingia professores em sua prática cotidiana criando um regime de verdade sobre como a educação poderia tornar as crianças autorreguladas.

Junto a outros canais – inspeção escolar, normas e regras para as atividades pedagógicas, reforma administrativa geradora de novas funções na hierarquia escolar etc. –, a revista pode ser entendida também como um canal de produção e legitimação de determinadas formas de pensar e fazer educação. Interrogando sobre a remodelação dos espaços e das práticas escolares e suas ressonâncias nos hábitos e comportamentos do cotidiano social, pude perceber as revistas como práticas discursivas na medida em que funcionavam como veículo material de fabricação de um sistema educacional e de produção de formas de ver/sentir o mundo, agir sobre ele e ensinar.

Comentarei aspectos do ensino paulista usando como referência uma leitura de parte desses periódicos voltados ao professor. O discurso construído por tais periódicos abriu possibilidades tanto de localizar continuidades, rupturas e reelaborações em relação a modos de educar e projetos educacionais daquele momento, como de perceber conexões com uma política social iniciada pelo governo autoritário de Vargas, cuja tônica era a centralização e controle das práticas sociais. É possível dizer que o exercício de leitura desse material permitiu visualizar certos níveis de reelaboração dos projetos pedagógicos em disputa nos anos 1920 e que, favorecidos pela centralização política ocorrida a partir de 1930, produzem um *sistema* de educação, com regulamentação específica (seriação, programas, horário, formação de professores etc.). O presente texto está concentrado, portanto, na análise dessas revistas de educação que nos pareceram expressivos materiais na arquitetura da "realidade educacional" da época. Elegemos para essa reflexão as revistas de educação editadas a partir de outubro de 1930 pela Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo. A Diretoria em questão já publicava sistematicamente a revista *Educação* desde 1927; a partir de 1930, sob a direção de Lourenço Filho, a revista passa a intitular-se *Escola Nova*.

A problematização das revistas de educação indicou ter havido certa continuação de projetos pedagógicos que vinham pontualmente se manifestando, desde os anos 1920, esquadrinhando os espaços de educação e fabricando outras formas para seu funcionamento. Com isso, não estou inferindo um sentido evolutivo para analisar o processo de institucionalização do sistema de educação paulista, mas, sim, localizando tanto continuidades como rupturas de padrões de regulamentação social no cenário de reformas educacionais. Dizendo de outro modo, aqueles projetos pedagógicos que já vinham imprimindo um modo de administrar as práticas educacionais tenderam, após 1930, a readaptar-se, a reestruturar-se, a recriar, enfim, novas relações com os níveis do poder autoritário que então se constituíam, adquirindo, nesse movimento, outras configurações.

As revistas foram escolhidas como fonte principal porque propiciaram material que pôde ser analisado junto à reestruturação política nacionalizante e centralizadora incorporada

pela administração do governo Getúlio Vargas, dentro do qual a educação desempenhava papel privilegiado, especialmente no que se refere à construção de uma mentalidade nacional. As pretensões racionalizadoras do fazer social, que já vinham, desde o início do século XX, aparecendo não só nos discursos e práticas do campo educacional, mas também naqueles produzidos por variadas instâncias de poder (industriais e técnicos que redefiniam formas de organização do trabalho; higienistas e médicos que buscavam novos ângulos de abordagem da higiene, da saúde e das relações familiares; engenheiros que reordenavam os espaços urbanos) são anexadas, ampliadas e reelaboradas por atos políticos centralizados empreendidos nos inícios dos anos 1930. Estudada por esse ângulo, a revista pode ser abordada como produto histórico de práticas e discursos que se cruzaram com referenciais comuns de outras áreas sociais. Por isso, o material discursivo da revista se destacou como fonte reveladora da construção do regime de verdade para a área educacional em comunhão com um projeto político nacional de controle das populações.

* * *

As marcas deixadas pelos discursos veiculados pela revista podem ser apreendidas como *dispositivo para governar* professores, pois, além de serem dirigidas aos professores – seu principal leitor e artífice de modos de ensinar –, traziam farto material sobre o modo como o ensino estava sendo pensado e (re)organizado tanto pelas áreas legitimadas pela ciência (psicologia e biologia enfeixadas pela pedagogia) como pelos administradores da educação.

A respeito desse material podem-se destacar: propostas de métodos e de conteúdos, divulgação de novos suportes pedagógicos, orientação ao professor sobre avaliação, programas de ensino, higiene e saúde, construções teórico-científicas sobre renovação do ensino, apropriações de teorias sobre psicologia da educação, traduções de artigos de representantes do pensamento escolanovista, notícias sobre experiências pedagógicas “bem-sucedidas” de outros Estados e do exterior, reprodução de artigos e entrevistas publicados pela imprensa etc.

Ao interrogar os textos, os artigos, as pesquisas e reportagens publicadas no veículo em questão, algumas questões chamam a atenção do pesquisador: no conjunto das matérias publicadas não se nota nenhuma dimensão de lutas e/ou polêmicas em torno das ideias apresentadas. Verdades universais sobre uma *nova* educação para os tempos modernos eram anunciadas. Por isso, mesmo a leitura e a análise desse conjunto discursivo trazem reflexões sobre o papel da revista na produção e expansão de um saber sobre educação e, mais ainda, na sua legitimação como campo de conhecimento. Quando se amplia essa reflexão, pode-se considerar a revista atuando no fortalecimento do modo como um sistema escolar vinha sendo construído desde as reformas dos anos 1920 (MATE, 1991). As revistas de educação, a despeito de algumas divergências apresentadas entre seus colaboradores, constituíram significativo veículo para a fabricação das *novas* ideias pedagógicas, principal-

mente entre o professorado, executor real das pretendidas reformas. Sobre o assunto, trazemos à tona as *Memórias*, de Paschoal Leme (1988, p. 25) – um dos representantes do movimento escolanovista – que aborda a reforma de 1927 no Rio de Janeiro:

Um problema básico de qualquer reforma de ensino é, sem dúvida, a formação de novos quadros de professores pois são eles, em última análise, os executores das novas diretrizes impressas ao ensino. E a velha Escola Normal era um dos estabelecimentos mais necessitados desse sopro de renovação com que a Reforma pretendia arejá-la

Contudo, isso não significou adesão e aplicação, pelos professores, das novas orientações contidas nas revistas. O que se quer é destacar a construção desse veículo impresso como representativo de uma concepção de educação que se legitimava, na medida em que as ideias e práticas pedagógicas que fabricavam atingiam professores em seu cotidiano.

A utilização das revistas como fonte básica da pesquisa revelou também a existência de outros canais, propagados pelas próprias revistas, que estavam sendo dinamizados na formação de uma mentalidade pedagógica para aquele momento. Para citar alguns desses canais, lembramos o *cinema educativo* e as *associações periescolares* (Associação de Pais e Mestres), o primeiro já ensaiado na gestão de Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro em 1927 e posteriormente utilizado em outras reformas; e o segundo instaurado por Lourenço Filho na reforma de 1931, em São Paulo. Assim, o exame detalhado das revistas permitiu percebê-las como um veículo, ao mesmo tempo, propagador e legitimador de um modo de ensinar e de conceber a educação escolar, além de cumprir um papel formador entre o professorado.

Desse modo, o exame das revistas tem aqui dupla importância: como fonte de registros sobre a construção e o alcance de diferentes canais na constituição da educação escolar; e como um canal, em si mesmo, de produção e legitimação de um sistema de ensino que se pretendia único. Como as revistas estão sendo tratadas como uma espécie de "procedimento de controle e delimitação do discurso" (FOUCAULT, 1996b, p. 21), cabe aqui assinalar a importância da circulação do impresso como estratégia de difusão das ideias conhecidas e veiculadas como *renovadoras* no Brasil, questão analisada pela pesquisadora Marta Carvalho (1996, p. 61) que, ao mostrar o embate doutrinário ocorrido no pós-1930 entre católicos e *pioneiros* (escolanovistas), diz:

Nesta luta, o impresso desempenhara um papel fundamental. Na forma de livro de estudo para a Escola Normal, de livro de formação integrante de uma Biblioteca Pedagógica, de artigo de revista dirigida ao professor, de instrução regulamentar endereçada às escolas, de artigo de polêmica em jornal de grande circulação etc., o impresso será utilizado como dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica do professorado.

É importante registrar que os periódicos da educação eram veiculados desde os finais do século XIX em São Paulo, e, portanto, o potencial de temáticas e abordagens oferecido por esse tipo de fonte é significativo. As pesquisas e interpretações realizadas em torno desse objeto têm possibilitado perceber a imprensa periódica, desde o seu surgimento, como um campo de lutas e disputas entre diferentes visões de educação e sociedade¹.

A análise feita neste texto se refere ao periódico *Escola Nova*, editado a partir de outubro de 1930, que teve como cenário determinadas contingências. Quando Getúlio Vargas chegou ao governo federal em 1930, nomeou interventores em todos os Estados. Em São Paulo, como contingência dessa reorganização política, Lourenço Filho foi nomeado para o cargo de diretor da Instrução Pública² quando, então, passa a editar e veicular a revista *Escola Nova*. O enfoque aqui explorado é o da *reforma* produzida para o ensino paulista que teve como principal estratégia a revista. Nessa direção, cabe salientar que abordo o sentido político e histórico das *reformas*: as *verdades* que produzem, as práticas que des/qualificam, o âmbito moral que alcançam, o conceito de modernização que carregam, a estrutura administrativa que criam, a retórica utilizada, os dispositivos de regulação social que instituem e a produção da ideia de *intervenção como progresso*.³ Popkewitz (1997) lança indagações sobre o fenômeno da *reforma* no campo social da escolarização, questão pouco problematizada em estudos de história da educação. Por meio de exaustiva e pormenorizada análise histórica do fenômeno da *reforma*⁴, o autor problematiza a questão desde o século XIX, fornecendo consistente material conceitual que possibilita analisar o tema no âmbito da história da educação brasileira.

Assim, tomamos para esta análise conteúdos do primeiro número da revista *Escola Nova*⁵ como um dos caminhos para identificar com quais dispositivos seu discurso tornou-se um veículo material de estruturação do sistema educacional e de produção das formas de ver/sentir o mundo e agir sobre ele. Para isso, foi preciso buscar detalhes que trouxessem outros significados para os discursos explicitados nos textos. Alguns desses detalhes serão examinados a seguir.

* * *

1 - A título de exemplo, ver pesquisa de Silva (2004).

2 - Lourenço Filho havia sido convidado para a Direção da Instrução Pública no Ceará em 1922, ocasião em que organizou a administração do ensino desse Estado.

3 - Expressão usada pelo pesquisador norte-americano Thomaz Popkewitz (1997).

4 - A análise feita por Popkewitz (1997) para analisar o fenômeno da *reforma* se refere à realidade dos Estados Unidos, mas o autor estende, em estudos posteriores, a outros países europeus e latino-americanos. Para um estudo panorâmico sobre as várias pesquisas empreendidas pelo autor, ver Mate (2009).

5 - Esclareço que, na pesquisa publicada em Mate (2002), faço um exame pormenorizado de todos os seis números da revista.

Os discursos presentes na revista causam algumas inquietações e exigem algumas reflexões. Em trecho de editorial de seu primeiro número, lê-se o seguinte:

Na compreensão da finalidade a que deve servir, orientado segundo as normas da ciência, amparado por uma organização de assistência técnica, todo e qualquer professor paulista, até o mais humilde, terá liberdade para sugerir e criar (ÓRGÃO DA DIRETORIA GERAL..., 1930, p. 4).

O texto diz que a liberdade que teria *qualquer professor* de criar, desde que a *finalidade a seguir* fosse entendida, e desde que fosse *orientado nas normas da ciência*, e desde que fosse *amparado por uma assistência técnica...*, aponta para outros dispositivos que os desdobramentos da reforma⁶ fixavam ao quebrarem possíveis práticas descontínuas e proporem outras com unidade e significação. A esses elementos – unidade e significação –, o discurso escolanovista acrescentava o de originalidade⁷ ao fixar a necessidade histórica de suas ideias sobre escola, ensino, aluno e professor.

Esses processos podem ser vistos mais como parte de um embate em que diferentes concepções de educação e sociedade disputavam seus projetos do que como "uma nova política de educação definida a partir da 'revolução de 30'" (LOURENÇO FILHO, 1940, p. 109), conforme afirmavam os escolanovistas ao interpretarem os acontecimentos de 1930⁸.

* * *

Em relação aos professores, a revista traz farto material do qual destacamos algumas passagens emblemáticas para a problematização aqui proposta sobre o governo de professores. O primeiro número da revista *Escola Nova* que contém encaminhamentos apontando na direção de uma reforma do ensino para São Paulo traz vários artigos: desde justificativas sobre a utilização das ideias da escola nova, críticas à pedagogia de professores/as, sugestões de programas de ensino, princípios de pedagogia centrada na experiência infantil, reformas de países desenvolvidos, até reprodução de entrevistas. Numa dessas entrevistas, são anunciadas reformas administrativas e pedagógicas para que os/as professores/as tivessem "autonomia didática dentro das boas normas da eficiência do serviço e do respeito aos princípios

6 - Os seis números da revista *Escola Nova* são dedicados à reforma do ensino de 1931, em São Paulo.

7 - Às condições externas de possibilidade do discurso, ou seja, a significação, originalidade, unidade e criação, Foucault (1996b, p. 53-54) opõe como exigência de método, respectivamente, as noções de *condição de possibilidade*, de *regularidade*, de *série* e de *acontecimento*.

8 - Acrescenta-se a isso o fato de que o *Manifesto dos Pioneiros de 1932* (os escolanovistas também se autodenominavam *pioneiros*), documento de caráter nacional, fixa, institui uma verdade sobre princípios educacionais nos quais se baseava a *Escola Nova*.

científico" (ÓRGÃO DA DIRETORIA GERAL..., 1930, p. 76). Nesse sentido, no mesmo número, são apresentadas algumas medidas tomadas em relação à reformulação do quadro de professores/as *leigos*⁹:

O governo não é contra o aproveitamento de [professores] leigos, onde se faça necessário. Mas não pode tolerar, por mais tempo, os abusos que se cometeram, como o de admitir leigos até nesta capital, onde sobram candidatos diplomados [...] (ÓRGÃO DA DIRETORIA GERAL..., 1930, p. 76).

Alguns dias depois, um decreto exonera os 1.044 professores leigos. O caso da substituição dos professores leigos pelos profissionais da educação capacitados¹⁰ e treinados pode ser entendido como um movimento de reestruturação administrativa que trazia consigo a reestruturação e padronização pedagógicas. A expressão *treinados* não é casual. As várias ações executadas pelos renovadores, detalhadas, pontuais e às vezes descontínuas, traziam e acumulavam experiências, estudos e propostas na direção de desenvolver técnicas e técnicos que respondessem eficiente e objetivamente às expectativas de grupos historicamente envolvidos com o progresso industrial. A prevenção de atitudes e hábitos dissonantes daqueles princípios era a preocupação básica. Não entendo que tais ações carregassem um plano previamente traçado de como deveriam ser: o fazer histórico dessas realizações se dava, principalmente, pelos discursos produzidos que atuavam politicamente sobre as diferenças e as oposições na tentativa de diluí-las.

Uma análise exterior desses discursos (que parta do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, como nos sugere Foucault [1996b] mostra que o pano de fundo das referidas construções discursivas é o de conflitos e tensões, embora as condições criadas e projetadas em seu interior mostrem unanimidade, verdade e objetividade. Ou seja, criavam um regime de verdade no qual os professores deveriam ser formados com outra perspectiva, condição a que os professores leigos poderiam não corresponder, uma vez que se baseavam no *empirismo* e *espontaneísmo*, termos largamente utilizados pelos renovadores ao criticarem o trabalho do professorado. Era preciso desenvolver e determinar objetivos e criar finalmente hábitos de educação e de trabalho. Para isso, era preciso (re)formar o professor.

Assim, quase simultaneamente à exoneração em massa, todos os diretores receberam circular, publicada no nº 1 da revista¹¹, solicitando que elaborassem junto aos professores um

9 - O uso do termo *leigo* pode ser entendido também como forma de desqualificar um modo de trabalhar que se pretendia eliminar e/ou modernizar.

10 - Após a exoneração em massa e a abertura de concurso, são contratados 900 professores diplomados.

11 - Além da função formadora das ideias pedagógicas entre os professores, a revista também cumpria a função análoga a um *Diário Oficial* (atual), em que constavam ingressos, exonerações, remoções, enfim, a vida funcional dos professores, que, por isso, faziam a leitura do periódico habitualmente. A grande tiragem da revista revela isso.

projeto de programa de ensino para ser adotado no ano seguinte. Tal pedido era justificado pela autonomia didática que seria dada aos professores, porém dentro de técnicas baseadas num conhecimento objetivo da criança e da finalidade social da escola (ÓRGÃO DA DIRETORIA GERAL..., 1930, p. 66).

Essas palavras adquiriam um sentido especial quando, mais adiante, a circular aponta algumas recomendações: que, antes da elaboração dos programas, fossem realizadas reuniões preparatórias, que classes de séries iguais tivessem um professor responsável pela redação do programa, que houvesse discussão conjunta de todos os programas por série, que fosse dado parecer sobre a exequibilidade do projeto. E a recomendação que mais chama a atenção do leitor:

Ao assinar o trabalho do relator, ou esboços pessoais entende-se que os srs. professores se comprometem a executar fielmente os programas apresentados e têm consciência de que eles venham a produzir maior eficiência do ensino, respeitadas as leis de higiene mental dos alunos (ÓRGÃO DA DIRETORIA GERAL..., 1930, p. 66).

A recomendação permite pensá-la como discurso de oposição a possíveis projetos que divergiam dos programas apresentados pela Diretoria de Ensino e, portanto, fugiam ao controle das normas pedagógicas elaboradas. Os programas foram fabricados a partir de consulta aos professores para que elaborassem programas de ensino; ter-se-iam então subsídios de um saber em curso, para transformá-lo em programa unificado, a ser seguido por todos/as. Para analisar esse acontecimento, é impossível não retomar as palavras de Foucault (1996a, p. 121):

Trata-se de um poder epistemológico, poder de extrair dos indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes [...]. Em uma instituição como uma fábrica, por exemplo, o trabalho operário e o saber do operário sobre seu próprio trabalho, os melhoramentos técnicos, as pequenas invenções e descobertas, as micro-adaptações que ele puder fazer no decorrer do trabalho são imediatamente anotadas e registradas, extraídas portanto de sua prática, acumuladas pelo poder que se exerce sobre ele por intermédio da vigilância. Desta forma, pouco a pouco, o trabalho do operário é assumido em um certo saber da produtividade ou um certo saber técnico da produção que vão permitir um reforço do controle. Vemos, portanto, como se forma um saber extraído dos próprios indivíduos, a partir do seu próprio comportamento.

Muitos outros aspectos ligados ao governo de professores e alunos estão presentes nas revistas cujas práticas discursivas ajudaram a imprimir um modo de funcionamento da escola que, ante as divergências vindas de vários lados, se fortaleceu por meio da reiteração do discurso fabricado pelos próprios renovadores.

O objetivo deste artigo foi rever narrativas produzidas pela revista *Escola Nova* e tentar entender planos, astúcias e estratégias inscritos em seus textos e que possibilitaram a construção da *reforma* do ensino. Por esse exercício, o artigo buscou também localizar em nome de quais silenciamentos foi definido o novo, foram sugeridas práticas, definidos conceitos, prescritos métodos, selecionadas/traduzidas ideias, enfim, fabricadas verdades pedagógicas. Penso que essas reflexões indicam questões de nossa contemporaneidade que, por estarem diluídas, nos escampam. Assim, Foucault (1996b) nos inspira a buscar constantemente, na crescente sofisticação dos discursos, seus princípios de ordenamento e exclusão e as verdades que produzem, assim como que vozes e práticas excluem, interditam, deslegitimam.

Governing teachers, teaching reforms: authoritarianism in the education of São Paulo Estate in the 1930's

Abstract – This article discusses the role of educational journals published by the Board of Public Education of São Paulo from 1930 to 1933, in the creation of a centralized and authoritarian educational system. I have situated the school into the context of a historically produced institution, and analyze it by studying the journals that were then circulating in the city of São Paulo. I have taken them as a discursive practice of construction and legitimation of educational reforms, which they were part of and I have highlighted them as one of the devices to govern teachers.

Keywords: discursive practice, governmentality, educational journals, educational reform, the 1930's.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. Estratégias textuais e editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil: uma perspectiva. In: GIRVTZ, S. (Org.). *Escuela Nueva em Argentina y Brasil* (visiones comparadas). Buenos Aires: Miño y Dávila Editores SRL, 1996. p. 61.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996a.

_____. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996b.

LEME, P. *Memórias*. São Paulo: Cortez, 1988.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Tendências da educação brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1940.

MATE, C. H. *Dimensões da educação paulista nos anos 20*: inquirindo, reformando, legitimando uma escola nova. 1991. Dissertação (Mestrado em História da Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

MATE, C. H. *Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação no Brasil*. Bauru: Edusc; Brasília: Inep, 2002.

_____. Thomas S. Popkewitz, um historiador desafiando as convenções. *Pedagogia Contemporânea*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 28-43, dez. 2009.

ÓRGÃO DA DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Escola Nova*, São Paulo, v. 1, n. 1, out. 1930.

POPKEWITZ, T. S. *Reforma educacional: uma política sociológica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SILVA, I. P. *Associação beneficente do professorado público do estado de São Paulo: a construção de uma identidade sócio-profissional docente: 1901-1910*. 2004. Tese (Doutorado em História da Educação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.